

## CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES PARA PESSOAS TRANS: A BUSCA POR OUTRAS PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jeferson Reis Santos<sup>1</sup>  
Lucas Lima de Andrade<sup>2</sup>  
Anna Paula Vencato<sup>3</sup>

**Resumo:** No presente artigo, analisamos a luta pela entrada e permanência de pessoas trans na universidade, destacando a importância da disputa pelo conhecimento nesse processo. Dialogamos, principalmente, com o perspectivismo social e o transfeminismo, argumentando que tais ações tem como horizonte incidir no conhecimento. Com uma abordagem qualitativa, apresentamos e analisamos as entrevistas com sujeitos que participaram de pré-vestibulares sociais para pessoas trans\*. Apresentamos ainda um balanço das ações afirmativas e projetos de lei voltados para o acesso das pessoas trans\* às universidades. Em nossas conclusões, apontamos que devemos compreender a luta pelo acesso da população trans à universidade como uma ação que tanto busca reparar um grupo alvo de violências específicas quanto o reconhece como potencial produtor de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Trans\*. Pré-vestibular. Conhecimento.

## THE PREPARATORY COURSE TO PASS THE ENTRANCE EXAMS FOR TRANSGENDER PEOPLE: THE SEARCH FOR OTHER PERSPECTIVES IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE

**Abstract:** This article aims to analyze the struggle for trans\* people to enter and remain at university, highlighting the importance of the dispute over knowledge in this process. We dialogue mainly about perspectivism and transfeminism, arguing that the construction of strategies to increase the presence of the trans\* population in higher education has the objective of influencing the knowledge produced there. Our research is qualitative in nature, based on an analysis of interviews with subjects who took part in social pre-university exams for trans\* people. We also present an overview of affirmative actions and bills aimed at giving trans\* people access to universities. In our conclusions, we point out that understanding the struggle for trans\* people's access to university is an action that seeks both to repair a group that has been the target of specific violence and processes of exclusion and to recognize it as a producer of knowledge.

**Keywords:** Trans\*. Pre-university. Knowledge.

---

<sup>1</sup>Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jreissantos@usp.br

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: andradelucas@usp.br

<sup>3</sup>Professora Adjunta da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Doutora em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ, mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC e licenciada em Pedagogia pela FAED/UDESC. E-mail: apvencato@ufmg.br



## INTRODUÇÃO

Uma das principais demandas recentes na discussão sobre a democratização das universidades públicas brasileiras está relacionada à garantia de acesso e permanência da população trans\* e travesti, destacando-se aí a luta pela reserva de vagas em programas de graduação e pós-graduação. Além disso, destacam-se ações coletivas, como os pré-vestibulares destinados a essa população, voltados para esse objetivo.

É possível notar que esse processo coaduna com as pesquisas acadêmicas que analisam as trajetórias escolares da população trans\* e travesti (CARVALHO, 2022; LIMA, 2020; NUNES, 2016; ZANZOTTI, 2015; ANDRADE, 2012). Tais produções apontam para a complexa relação entre esses atores e o Estado, e da “introdução do gênero nas políticas públicas de educação, com especial visibilidade para as demandas em torno da diversidade sexual” (VIANNA, 2012, p. 134), sendo também uma das demandas fundantes no movimento de travestis no país.

Luma Nogueira de Andrade (2012) estuda os assujeitamentos e resistências das jovens travestis na escola e aponta para as formas de disputar esse espaço, bem como as formas como as estudantes se movem na ordem normativa da escola, submetendo-se, sendo muitas vezes alvos de múltiplas violências. O que pesquisas como essa apontam é a exclusão escolar de pessoas trans\* e travestis não pode ser entendida em uma ótica que a individualiza e a compreende como um movimento voluntário, mas um processo de expulsão resultante de rede complexa, formada por elementos como a intolerância contra corpos dissidentes, violência verbal e física, a negação do nome social e a proibição do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero.

O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), importante ator na defesa da educação da população trans\*, apresentou a pesquisa "Nome Social, a Ponta do Iceberg" onde defendeu a importância da Portaria do Nome Social publicada pelo MEC em 2018 (Portaria n.33). Nela, podemos identificar a importância dessa regulação para a inclusão de pessoas trans\* no processo de escolarização, além de um aumento expressivo no registro de matrículas utilizando o nome social desde o



Ensino Fundamental I com a anuência e requerimento dos pais ou responsáveis, até a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Brume Dezebrom Iazzetti (2021), em sua tese de mestrado, trouxe um diagnóstico inédito no Brasil sobre o acesso e a permanência de estudantes trans\* no ensino superior. Dedicando esforços de pesquisa para investigar e traçar um mapa das instituições de ensino superior que adotaram a reserva de vagas para pessoas transexuais, travestis e transgêneros em seus cursos de graduação e pós-graduação em todo o território nacional.

Segundo a pesquisa de Iazzetti (2021), que traz o ano de 2021 como o limite do seu corte temporal, 28 universidades públicas contavam com a reserva de vagas para pessoas trans\* em cursos de pós-graduação. Apenas cinco universidades públicas possuíam políticas de acesso, inclusão e permanência para pessoas trans\*, travestis e não binárias nos cursos de graduação. Recentemente, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) criou reserva de vagas em todos os cursos de graduação como uma medida de tentar reparar a exclusão dessa população à educação pública (UESB, 2023), e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aprovou a reserva de vagas que abrange políticas desde o ensino básico até a pós-graduação e estabelece cotas de 2% das vagas em cursos de graduação, pós-graduação e concursos públicos, além de um amplo programa de assistência estudantil.

Em um terreno complexo e instável, atualmente marcado por disputas, avanços e retrocessos nesse campo, qualquer afirmação definitiva sobre o estado atual das políticas de ensino superior para a população trans\* corre o risco de revelar-se desatualizada. É importante, entretanto, entendê-las a partir de um quadro macrossociológico e em uma perspectiva histórica, para melhor apreendermos os termos dessa disputa. Nesse sentido, destacamos o trabalho de Maria Clara Araújo dos Passos (2020), que documenta a história do movimento Travesti no Brasil, desde a produção de saberes na rua, nos anos oitenta, para o acesso à cidadania, até a sua entrada na academia, incidindo diretamente na produção de conhecimento nesse espaço.

Outro exemplo da atualidade dessa luta é a proposição do Projeto de Lei n. 3109/2023, da autoria da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) que propõe estabelecer o mínimo 5% das vagas para pessoas trans\* e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior no Brasil. Para Erika Hilton, “O diploma do ensino superior pode concretizar o sonho de muitas de nós de sairmos das ruas, e, para as mais jovens, a possibilidade de nunca entrar nessa vida”.

A deputada recorre aos dados produzidos pela ANTRA, que revelam que 13 anos é a idade média em que pessoas trans\* e travestis são expulsas de casa pelos pais, e que cerca de 90% delas estão envolvidas com a prostituição, tendo esse como um meio de sobrevivência e um destino quase que único e compulsório. De modo geral, os trabalhos que se dedicam a analisar o (não) acesso e a (não) permanência da população trans\* no ensino superior são realizados a partir de dois pontos principais. O primeiro deles, mais comum, destaca os processos pelos quais esse grupo social é expulso, de diferentes maneiras, das instituições de educação e têm o seu processo de escolarização frequentemente interrompido, quase sempre em fases anteriores ao ingresso nas universidades. O outro ponto é a relação entre a expulsão escolar e as limitações no acesso ao mercado de trabalho.

A discussão que trazemos neste texto não discorda dessas conclusões e, inclusive, destaca sua importância fundamental para a produção intelectual e para a disputa política. Acreditamos, entretanto, que é possível discutir essa questão a partir de outro ponto. Em sua análise sobre a relação entre políticas educacionais e desigualdades, Miguel Arroyo (2010) aponta uma tendência, presente tanto nas pesquisas e produção teórica quanto nas formas de conduzir a gestão da educação, onde “A sociedade e especificamente os coletivos feitos desiguais aparecem como meros destinatários das ações e intervenções políticas do Estado” (p.1386). Ainda que a discussão conduzida por Miguel Arroyo nesse texto foque, sobretudo, nas escolas, há nele valiosas reflexões para pensar as políticas para o ensino superior. Seguimos aqui a proposta colocada pelo autor, ao sugerir trazer o ponto de vista dos 'coletivos feitos desiguais' sobre eles mesmos, sobre as desigualdades que os atingem, sobre suas formas de agir, sobre as políticas e sobre o futuro que aspiram.

Nesse artigo, realizado a partir da análise de entrevistas com seis pessoas que atuaram em pré-vestibulares para pessoas trans\*, buscamos discutir algumas das expectativas apontadas por elas em relação à entrada desse grupo no ensino superior. Como aprofundaremos ao longo do texto, a disputa em torno do conhecimento ocupa posição central na ação desses sujeitos. Além de alvos de desigualdades, os sujeitos trans\* são vistos como parte de um coletivo que, por sua posição social, produzem determinados conhecimentos. Dessa forma, garantir a sua entrada e permanência nas universidades é uma forma de promover a própria entrada desses conhecimentos. Na primeira parte do artigo, apresentamos um panorama sobre as políticas públicas e ações de acesso ao ensino superior para pessoas trans\*; em seguida, refletiremos sobre as questões relacionadas ao conhecimento, com destaque para as proposições do transfeminismo e do perspectivismo social; então, apresentamos o percurso metodológico da nossa pesquisa e a análise das entrevistas e, por fim, apresentamos nossas conclusões.

Cabe sinalizar que o presente trabalho representa o desenvolvimento de uma versão menor, apresentada no XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnicorracial e de Gênero, realizado entre os dias 22 e 25 de novembro de 2023. A primeira versão desse trabalho foi publicada nos anais do evento (SANTOS; ANDRADE; VENCATO, 2024). Na versão original, apresentamos nossas primeiras hipóteses a partir da análise de uma única entrevista. No presente artigo, ampliamos o escopo da nossa investigação, aprofundamos a discussão teórica, ampliamos o trabalho metodológico e incluímos novas entrevistas em nossa análise. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## **DISCUTINDO ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS\* NAS UNIVERSIDADES**

Como resultado de um longo processo de lutas, é possível verificar ações voltadas para garantir o direito de grupos subalternizados à educação superior no Brasil, como as cotas para estudantes pretos, pardos, indígenas, com deficiência e/ou



de baixa renda oriundos de escolas públicas e, há pouco tempo e ainda em baixa escala, medidas de acessibilidade em favor de pessoas com deficiência (para além das cotas) que visam garantir a permanência (JUNQUEIRA; SENKEVICS, 2022, p. 177).

Em 2000, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) já havia implementado políticas afirmativas para negros, seguida da UnB, UFT, UFBA, UFG com implementações em 2004. "A implementação nacional, que só ocorreu em 2012, garantiu que três vezes mais pessoas negras, quilombolas e indígenas pudessem ingressar nas universidades e institutos federais" (YORK, 2020, p. 88).

Nesse sentido, as políticas afirmativas para reserva de vagas para pessoas trans\* e travestis nas universidades e institutos federais vêm trilhando um caminho semelhante. A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) foi pioneira nesse processo, prevendo a reserva de vagas para pessoas trans\* desde 2018. Para Iazzetti (2022), o modelo adotado pela UFSB influenciou diretamente a mesma medida implantada pela UFABC, em São Paulo.

A UFSB nasceu no ano de 2013, sendo uma das mais jovens universidades públicas do país. A instituição tem origem num intenso momento de debates sobre inclusão social promovido pela ação do REUNI e da Lei de Cotas aprovada no ano anterior, tendo essa como um de seus princípios fundantes promover a inclusão, igualdade e justiça social. Em setembro de 2017, por meio da mobilização estudantil e de alguns professores, a UFSB publicou a resolução nº 07/2017 que estabelecia, em seu Art. 4º, que a universidade criaria uma vaga supranumerária, em cada um dos seus cursos de 2º ciclo, para estudantes transexuais e travestis.

Desde o início da década dos anos 2000, também, travestis e transexuais já demandavam do Estado o direito do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que só foi efetivado na edição do ano de 2015, permitindo que só então houvesse uma primeira noção de como estava se dando a participação dessa parcela da população no Exame, que desde 2009 passou a ser o principal meio de seleção para o ensino superior no Brasil (JUNQUEIRA; SENKEVICS, 2022).

A discussão que apresentamos neste artigo dialoga fortemente com essa afirmação, pois, em nossa compreensão, com a entrada de travestis e pessoas trans\*



na universidade, ainda que em números aquém do desejado, há o questionamento da lógica normativa dominante, produzindo mudanças e novos conhecimentos nesse espaço, movimento que é intencionalmente buscado pelas pessoas envolvidas na promoção dessas presenças no ensino superior.

É possível identificar um interessante exemplo disso na UFSB. Em meio aos cortes orçamentários e ataques à educação executados nos últimos dois governos, Michel Temer e Bolsonaro, as universidades passavam por essa crise que afetava diretamente o seu funcionamento e a permanência de todos. No entanto, a partir da movimentação e diálogo com as estudantes trans\*, a universidade criou em 2021 a política de permanência exclusiva para estudantes trans\* e travestis. Com o nome de “Vivências Trans”, o Edital era voltado à concessão de bolsas de iniciação à pesquisa e extensão para estudantes trans\* e travestis da UFSB; atualmente, essa política faz parte do auxílio permanência para pessoas trans\*. Além disso, a universidade é chamada a se movimentar quanto a outras questões de gênero e de combate à transfobia, cumprindo a Portaria da Reitoria nº 447/2018, sobre o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero com a qual alguém se identifica, e com o lançamento, no Dia Internacional da Visibilidade Trans, da Cartilha Nacional de Serviços Públicos de Saúde para a Pessoa Trans – Rede de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Especializados, com o objetivo de apresentar o atendimento regional dos serviços públicos disponíveis.

Outra importante medida visando a permanência de estudantes trans\* e travestis na UFSB é a valorização de seus saberes, incentivando a incorporação dos estudos de gênero e sexualidade no seu cotidiano e em todas as áreas do conhecimento.

É importante destacar também que a valorização e a produção epistemológica de pessoas trans\* e travestis não se restringem às questões de gênero, saúde e sexualidade e precisam ser estimuladas de igual maneira em todas as áreas.

Em relação às formas cotidianas de ação a partir das ações coletivas, destacamos o surgimento dos pré-vestibulares sociais para pessoas trans\* e travestis como um importante ator nessa disputa. Assumindo estratégias semelhantes às que foram adotadas desde o final da década de 1980 por diversos grupos e coletivos



sociais excluídos do ensino superior (WHITAKER, 2010; ZAGO, 2008), esses cursinhos são parte importante da trajetória do movimento trans\* no Brasil.

Inspirado pela forma comum de recorrer ao uso de “ondas” para apresentar os diferentes momentos da história do feminismo, Thiago Coacci (2018) recorre à mesma imagem para descrever a história desse movimento. Seguindo a proposta desse autor, ele começou, em sua forma organizada politicamente, na década de 1990, em uma onda que foi até os anos 2000, com o surgimento dos primeiros grupos, trazendo como principais pautas questões ligadas à saúde e à violência policial, bem como à construção de uma imagem socialmente positiva para o grupo. A pauta da educação ganhou centralidade na segunda onda, entre os anos 2000 e 2010, especialmente direcionada à educação básica. Na última onda registrada pelo autor, de 2011 em diante, são fortalecidas as ações e discussões relacionadas ao ensino superior. É nesse contexto que vemos surgir, em diferentes cidades, os cursinhos que aqui trazemos.

É possível apontar o ano de 2015 como o início dos pré-vestibulares para pessoas trans\* (SANTOS, 2021). Apesar de alguns terem iniciado sua fase de planejamento e construção ainda em 2014, é nesse ano que o trabalho com estudantes é efetivamente iniciado. Na tabela abaixo, trazemos os cursinhos que conseguimos identificar em um corte temporal que foi de 2015 até 2020.

**Tabela 1 - Pré-vestibulares sociais para pessoas trans\* e travestis.**

NOME	ANO DE FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
EducaTrans	2015	Aracaju – Sergipe
TransVest	2015	Belo Horizonte – Minas Gerais
TransENEM BH	2015	Belo Horizonte – Minas Gerais
PreparaNem	2015	Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Transpassando	2015	Fortaleza – Ceará
Cursinho Popular Transformação	2015	São Paulo – São Paulo
Prepara Trans	2015	Goiânia – Goiás
Transviando o ENEM	2015	Salvador – Bahia
PreparaNem Niterói	2016	Rio de Janeiro – Niterói
TransForma	2016	São Carlos – São Paulo
Transpondo o ENEM	2016	Uberlândia – Minas Gerais
TransENEM POA	2016	Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Tô Passada	2016	Curitiba – Paraná
Cursinho (R)Existência	2016	Belém – Pará

Educar é transformar	2017	Recife – Pernambuco
Travestibular	2017	Vitória - Espírito Santo
Pré-ENEM Trans	2018	Itabuna – Bahia
Transcender	2020	Online – Abrangência nacional
Transeducação	2020	Online – Abrangência nacional

Fonte: Elaboração própria.

No nosso levantamento, foi possível identificar algumas diferenças entre os cursinhos. Em primeiro lugar, há aqueles que são exclusivos para a população trans\* enquanto outros a definem como seu público prioritário, mas permitem a participação de pessoas cisgêneras (não-trans\*). Outra importante diferença é o nível de institucionalização, que vai desde projetos sem nenhum tipo de registro formal, até os que são organizados como projetos de organizações não governamentais ou de extensão universitária. Por outro lado, vemos que algumas das características comuns aos pré-vestibulares sociais desde o seu início são mantidas aqui: o atendimento gratuito, o direcionamento do trabalho para um grupo compreendido como excluído do ensino superior e a ação voluntária.

## **DE “PESQUISAS SOBRE” PARA PRODUTORES/PRODUTORAS DE CONHECIMENTO**

Por muito tempo, uma produção de conhecimento em espaços socialmente reconhecidos, como as universidades, tratou as pessoas trans\* como “objeto de estudo”, ao mesmo tempo em que mecanismos extra e intra-escolares resultavam em sua flagrante ausência nesses espaços. Por outro lado, é possível identificar outras possibilidades de produção de conhecimento capitaneadas pelas pessoas trans\*. A primeira que queremos destacar foi examinada profundamente por Thiago Coacci (2018) em sua tese de doutorado. Em sua pesquisa, o autor identifica alguns incômodos por parte de ativistas e militantes com o conhecimento produzido sobre a população trans\*. Seguindo David Hess, Coacci afirma que o movimento trans\* identifica o “conhecimento precário” – ou seja, a ausência e a baixa qualidade dos dados produzidos sobre o tema – bem como produz o “conhecimento contra-público”



– aqui temos como um dos exemplos o trabalho feito por diferentes coletivos e organizações sobre o assassinato de pessoas trans\*. A segunda possibilidade foi o desenvolvimento da corrente denominada como transfeminismo. Como aponta Letícia Nascimento (2021), as concepções biologizantes presentes no pensamento feminista criavam uma barreira quanto à participação de mulheres trans e travestis no movimento.

Por essa razão, o transfeminismo passou a produzir saberes feministas localizados socialmente, por e para mulheres transexuais e travestis, e se constituiu como uma corrente dentro do feminismo, para que pensemos nossas epistemologias e atuemos politicamente dentro dele (NASCIMENTO, 2021, p. 71).

Como é possível notar a partir do trecho destacado, não há aqui pretensões de neutralidade na produção dos saberes. Vale ainda destacar a clara referência à pensadora feminista Donna Haraway e sua afirmação de que “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (1995, p. 18). Retornando especificamente ao transfeminismo, Jaqueline Gomes de Jesus apresenta quatro características que o definem.

Como em qualquer dos feminismos, também o transfeminismo não pode ser entendido como único, porém, de forma genérica, pode se entender que há princípios sem os quais uma determinada linha de pensamento do feminismo não pode ser considerado transfeminista: (1) redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista<sup>10</sup> de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero [...] (JESUS, 2013, p. 5).

Destacamos ainda que, apesar de hoje ser possível encontrar programações acadêmicas transfeministas ou atividades promovidas por essa perspectiva em eventos mais amplos, foi a internet, particularmente os blogs e as redes sociais, que primeiro figuraram como importantes espaços de produção e difusão desses saberes (COACCI, 2014; BAGAGLI, 2018). Dessa forma, é impossível separar a entrada das pessoas trans\* e travestis das universidades da própria circulação do transfeminismo



nestes espaços – e, vale recordar, são apenas onze anos desde que Luma Nogueira de Andrade tornou-se a primeira travesti doutora do Brasil. Para Flávia Rios e Olívia Cristina de Oliveira (2020), já é possível perceber algumas mudanças nas universidades, especialmente nas demandas políticas e na produção do conhecimento, causadas pela inclusão de grupos historicamente sub-representados no ensino superior.

Alertamos ainda que, apesar da presença do transfeminismo na universidade ser apresentada como um exemplo paradigmático das incidências epistemológicas a partir da presença das pessoas trans\* nesse espaço, essa não é a única possibilidade. É possível perceber que, ainda que o transfeminismo não vete a participação de homens trans e pessoas transmasculinas, há esforços no sentido de constituir correntes que centralizem tais experiências.

Para compreender a relação proposta entre conhecimento e posições de sujeito, recorreremos ao conceito de “realismo perspectivista” na formulação de Julian Go (2023; 2020). Ao refletir sobre o modo como o conhecimento se desenvolve, o autor aponta três caminhos: com a emergência de novos dados ou a identificação de novos fenômenos; com a produção de novos conceitos, categorias e teorias sobre fenômenos anteriormente estudados; e, o que nos interessa de maneira particular, com a mudança de perspectiva. Essa proposta busca apresentar uma alternativa para aqueles que defendem a produção científica como totalmente dissociada dos/das pesquisadores/pesquisadoras e aqueles/aquelas que entendem que todo o conhecimento é construído discursivamente por eles. Dessa forma, a presença de sujeitos de diferentes grupos sociais, principalmente daqueles que são alvo de processos de exclusão dos espaços de produção de conhecimento socialmente valorizado, traz como potencial desenvolver o próprio conhecimento.

Por fim, argumentamos que as discussões promovidas pelo movimento trans\* e pelo transfeminismo promovem a população trans\* e travesti como produtora de conhecimento. Como veremos nas próximas páginas, é possível perceber a presença dessa perspectiva também entre os sujeitos envolvidos nos pré-vestibulares que aqui tratamos. Dessa forma, além de serem vistos como ações destinadas a corrigir/remediar os processos de exclusão escolar que atingem a população trans\*



ou ampliar as possibilidades profissionais – ainda que ambas constituam objetivos importantes – há uma preocupação em promover a participação ativa da população trans\* na universidade.

## **OS CURSINHOS PARA PESSOAS TRANS\* VISTOS POR SEUS VOLUNTÁRIOS/VOLUNTÁRIAS**

A discussão que apresentamos neste artigo foi feita a partir de uma pesquisa de mestrado onde buscamos analisar as práticas pedagógicas e perspectivas educacionais de pessoas envolvidas em pré-vestibulares para pessoas trans\*. Optamos por uma abordagem qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre 2020 e 2021. Vale destacar ainda que, pelo contexto da pandemia de Covid-19, esse processo foi realizado por videoconferências e as entrevistas foram gravadas, transcritas e, por fim, analisadas.

Apesar de a pesquisa original ter sido feita com seis participantes, para o presente artigo analisaremos somente cinco delas. Tal desenho se dá porque a sexta participante foi aluna de um dos pré-vestibulares, mas não atuou como voluntária. Apresentamos agora os nossos interlocutores, seguindo a ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas. Seguindo o previsto no projeto aprovado no comitê de ética sob o número CAAE 335510620.2.0000.5149, os/as interlocutores/interlocutoras registraram formalmente o desejo de ter seus nomes revelados na dissertação e nos trabalhos dela resultantes.

O nosso primeiro interlocutor é Josivan Vieira. Estudante de jornalismo, cisgênero, gay e branco, Josivan estava com vinte e sete anos quando a entrevista foi feita. Como nos relata, foi ele quem primeiro propôs a criação do Transviando o ENEM em 2015, em Salvador – BA, inspirado por uma entrevista sobre um projeto semelhante em Aracaju – SE. Durante a existência do curso, Josivan atuou nas tarefas administrativas.

Isabella Silva é uma mulher trans, heterossexual e negra. Aos 33 anos, com uma graduação em história e um mestrado em ensino e relações étnico-raciais,



Isabella nos relatou o exaustivo processo de idealizar, coordenar e lecionar no projeto Trans+ em Itabuna – BA.

Aluno da primeira turma do Transenem BH, Raul Capistrano é um homem preto, trans e heterossexual que completou a graduação em filosofia e o mestrado em educação. Aos 39 anos, a entrevista de Raul discorreu sobre o processo de estudar em um pré-vestibular para pessoas trans\* e, após sua entrada na universidade, manter-se no projeto atuando como monitor, professor e coordenador.

O contexto da pandemia testemunhou a criação do Transcender, pré-vestibular on-line que Jacson Caldas propôs, coordenou e lecionou. Como uma pessoa pangênero, Jacson utiliza tanto pronomes masculinos quanto femininos. Além disso, identifica-se como gay, negra e tem uma graduação e um mestrado em história e estava com 32 anos na altura da entrevista.

Por fim, nossa última entrevista foi feita com Bela Berenguer. Mulher cisgênera, parda, bissexual/pansexual – ela utilizou os dois termos em sua apresentação – de 23 anos, Bela é graduada em letras e cursava o mestrado em estudos da linguagem quando a entrevistamos. Junto com seu orientador, Bela coordenou e lecionou no Transeducação, projeto que funcionou como um supletivo em 2019 e no ano seguinte dedicou-se a preparar os/as estudantes para o ENEM. Assim como o Transcender, o Transeducação funcionava on-line.

Quando questionadas/questionados sobre a decisão de criar e/ou participar de pré-vestibulares para pessoas trans\*, a principal explicação oferecida por nossos/nossas interlocutoras/interlocutores foi a preocupação com a ausência dessa população nos espaços universitários. Como apontaremos aqui, entretanto, grande parte disso está ligada pelas possíveis implicações epistêmicas causadas pela ausência desse grupo nas universidades, bem como uma expectativa de que ampliar a sua entrada tenha ecos no próprio processo de produção de conhecimento nelas realizado.

Josivan Vieira, por exemplo, sublinhou a relação entre seu percurso acadêmica e a sua atuação no Transviando o ENEM. Como nos conta, grande parte das disciplinas não-obrigatórias que cursou na graduação estavam diretamente ligadas às questões de gênero, o que impulsionou sua reflexão crítica sobre tais questões.



Apesar disso, ele aponta que as discussões feitas no cursinho foram fundamentais por ser um espaço onde havia a presença das pessoas trans – ressaltando que em muitas disciplinas estudavam sobre, mas não dialogavam com esse grupo.

Vale destacar ainda que o Transviando o ENEM ocorria na Universidade Federal da Bahia, na Faculdade de Educação. Para Josivan, ainda que não fossem formalmente estudantes da instituição, a presença dos pré-vestibulandos e pré-vestibulandas trans\* era visto como um processo de “ocupação”, em um movimento simbólico em relação à exclusão que os/as atingia de modo particular.

Essa noção de “ocupação” para pensar sobre os pré-vestibulares sociais também foi mobilizada por Isabella Silva na sua experiência com o Pré-ENEM Trans+. Como argumentamos anteriormente, as entrevistas que analisamos revelam uma expectativa de que a presença desse grupo modifique a própria instituição, o que podemos verificar na fala da Isabella ao afirmar que “O corpo que ocupa não está só progredindo intelectualmente, mas também está formando o espaço”.

Ainda com Isabella, percebemos como a aposta na promoção das presenças e no diálogo trazem expectativas que não se resumem ao que o ensino superior pode trazer de benefício individual para as pessoas trans\* que conseguem acessá-lo. Para ela, o papel dos pré-vestibulares sociais ao lutar pelo acesso das pessoas trans às universidades é

Apresentar as vidas, os corpos, suas histórias de vida, suas trajetórias, suas dores, seus sonhos, suas inteligências, que são várias, é a convivência que faz com que os tabus sejam quebrados, com que a transfobia seja soterrada, que ela seja literalmente cremada, então é através da presença, né, dessa ocupação (Isabella Silva).

Podemos encontrar pontos disso no próprio relato de Josivan Vieira ao afirmar que tinha enormes preconceitos contra a comunidade trans\* que foram desconstruídos a partir da convivência.

A percepção da ausência também aparece tanto no relato de Jacson Caldas, ao afirmar que sentiu essa falta tanto durante a graduação na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) quanto no mestrado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), quanto na entrevista de Bela Berenguer. Como ela nos contou, desde o início



da graduação esteve envolvida em pesquisas e projetos ligados aos estudos de gênero e diversidade, e a proposta do Transeducação foi a forma que ela e seu orientador encontraram de aliar a formação intelectual com a atuação política.

E quando ele me pegou... eu falo assim “me pegou” no colo mesmo, eu era calourinha, entrei com dezoito anos na universidade, e aí ele tava nesse processo da teoria queer, era um movimento que estava expandindo, né? Discursos, diálogos que estavam se fazendo necessários e urgentes naquele momento, e aí, desde o princípio a gente trabalhou com mulheres quilombolas, trabalhou com as perspectivas de transexualidade... em outros projetos, né, dentro da universidade, só que aí a gente pensou “poxa, a gente não pode ficar só na bolhinha... na bolhinha da universidade. A gente tem que expandir. Como é que a gente faz isso? Através desses três pilares da universidade, que é ensino, pesquisa e extensão”, então a extensão é quando a gente consegue chegar mais perto realmente da comunidade, da realidade da bolha acadêmica. E aí a gente pensava nisso pra, de alguma forma, trazer esse conhecimento, trazer esses discursos, esses diálogos, pra fora da academia. Foi a partir dessa ideia que passou a ser desenvolvido o projeto (Bela Berenguer).

O relato de Raul Capistrano é particularmente interessante para pensarmos as expectativas dos voluntários/voluntárias dos pré-vestibulares sociais com a entrada das pessoas trans\* nas universidades. Em decorrência da norma cis-heterossexual no ambiente escolar, Raul interrompeu seu processo de escolarização precocemente. No ano de 2015, entretanto, duas “novidades” foram fundamentais para o seu retorno: a possibilidade de usar o nome social no ENEM, instituída desde o ano anterior, e a oferta de aulas preparatórias para pessoas trans\* no Transenem BH.

A atuação de Raul no movimento trans\* antecede largamente sua entrada na universidade. Conforme ele nos conta, a principal motivação para o seu trabalho militante é “que as crianças trans na escola possam vivenciar a escola sem ter que fazer uma leitura de si mesmas e pensar que elas são erradas no mundo, que o mundo está certo e elas estão erradas”. Se a universidade por muito tempo era vista por Raul como um espaço distante e pouco atrativo, as conversas com pessoas que faziam parte da sua rede de apoio fizeram com que ele visse o espaço universitário como potencialmente interessante para ampliar o alcance do seu trabalho. Ao refletir sobre a entrada das pessoas trans\* na universidade, Raul Capistrano revela a centralidade da pluralidade epistêmica nesse processo.



Olha, primeiro, a primeira é importância é básica, é porque elas têm direito de estudar lá, independente se elas são pessoas trans, a importância é entender o direito delas de estudar lá, mas a importância pra universidade... tem a ver com a universidade passar a entender e aceitar que esses saberes plurais e diversos e que não são de base científica são importantes para as criações, pra manutenção, pra criação, pra produção do conhecimento com base científica, entende? É necessário, então, assim, acolher a comunidade, acolher as diversidades é ampliar o conhecimento, é aquilo ali que a gente quer, a gente quer ampliar o conhecimento de modo a converter a sociedade em um lugar melhor, então, assim, como a gente faz isso? A gente não pode abrir mão de nada! Então ali... quando eu faço defesa da existência de pessoas trans na universidade eu não faço defesa de “nossa, coitada dessas pessoas”, não, não tem nada de coitada, elas têm o direito de estar lá, ponto, a outra parte é que nós não estamos ali porque nós somos... nós gostamos, nós queremos lidar, nós queremos conviver com o conhecimento e quem gosta de conhecimento de modo a sempre querer mais. Então... porque a gente vai selecionar? “esse a gente não quer, esse a gente quer”, não, eu quero tudo, eu tenho fome e quero todo o conhecimento possível, e ali tem vários, saca? Então não tem a ver com um certo romantismo ou “olha, vamos atender...”, não, não tem a ver caridade não, tem a ver com sermos espertos, sermos inteligentes, a gente quer produzir, a gente quer conhecimento, a gente quer ter arcabouço, a gente quer ter estrutura pra poder mudar e a gente não pode abrir mão de nada. Então aqueles conhecimentos ali são importantes, são outras perspectivas, são outras visões de mundo e que a gente quer abraçar todos (Raul Capistrano).

Dessa forma, os sujeitos envolvidos nas ações para promover a entrada da população trans\* na universidade não veem os “coletivos feitos desiguais”, para recorrer às palavras de Miguel Arroyo, como meros sujeitos passivos que seriam beneficiados por políticas reparadoras ou compensatórias. Ao nos aproximarmos de suas perspectivas, o que encontramos foi a visão da população trans\* como produtora de cultura e conhecimento e a expectativa de que sua entrada e permanência na universidade tenham implicações políticas e epistêmicas nas próprias instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como argumentamos anteriormente, a ação dos voluntários dos pré-vestibulares sociais que aqui tratamos não pode ser explicada apenas a partir dos potenciais prejuízos causados às pessoas trans\* pelos processos que resultam em sua ausência nos espaços de escolarização e, mais especificamente, no ensino superior. Soma-se a tais questões a expectativa de transformar a própria universidade

e o conhecimento nela produzido. Cabe, antes de encerrarmos este texto, fazer algumas considerações sobre esses pontos. Não devemos, sob pena de simplificar a realidade e descaracterizar os próprios sujeitos, assumir que ser uma pessoa trans\* conduza necessariamente a uma determinada maneira de apreender o mundo. Como aprendemos com Ramón Grosfoguel (2009), “o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno” (p. 46). Por outro lado, já temos exemplos evidentes de que a perspectiva reivindicada por diferentes pessoas trans\* tem dado frutos epistemológicos como, por exemplo, no desenvolvimento do transfeminismo. Dessa forma, o surgimento dessa corrente dependeu, necessariamente, das pessoas trans\* que a construíram.

Os pré-vestibulares e as políticas públicas que aqui tratamos são importantes para aumentar a presença nas universidades de um grupo altamente excluído delas. Seguindo Julian Go (2023; 2020), defendemos que as consequências causadas por isso oferecem perspectivas diferentes que, ao participarem do processo de produção de conhecimento, potencializam o seu desenvolvimento. Por fim, como vimos nas entrevistas que aqui apresentamos, ainda que as carências que atingem a população trans\* não sejam ignoradas pelo grupo de pessoas voluntárias nos pré-vestibulares sociais, a potência é parte necessária para compreender o seu investimento nessas ações. A busca por ampliar suas presenças nesses espaços não é meramente para alcançar os benefícios que os diplomas universitários podem oferecer, mas para ser parte ativa daquilo que nelas se produz.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021**. Bruna G. Benevides (Org.). Brasília: Distrito Drag, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 11 de nov. de 2023.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1381-1416, 2010.

BAGAGLI, B.; VIEIRA, Helena. Transfeminismo. In: **Explosão Feminista: arte, cultura, política e diversidade**. HOLANDA, Heloisa Buarque de. [orgs]. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 06 nov. 2023

BRASIL. **Projeto de Lei 3109 de 15 de junho de 2023**. Estabelece reserva de vagas para pessoas trans e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2289394](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2289394). Acesso em: 06 de nov. 2023.

CARVALHO, M. A. Trajetória escolar de travestis e mulheres trans: escolarização, família, trabalho e perspectiva de futuro profissional. **Tese** (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

COACCI, T. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, n. 1, 2014.

JESUS, J. G. de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Anais do Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-10, 2013.

JUNQUEIRA, R. D.; SENKEVICS, A. S. O nome social no Enem, um direito fundamental. In: PRADO, M. A. M.; FREITAS, R. V. (Org.). **Travestilidades em diálogo na pista acadêmica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 177-210.

GO, J. Theoretical innovation and perspectival realism. **Distinktion: Journal of Social Theory**, p. 1-20, 2023.

GO, J. Race, empire, and epistemic exclusion: Or the structures of sociological thought. **Sociological Theory**, v. 38, n. 2, p. 79-100, 2020.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**, v. 1, n. 2, 2009.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.



União  
Unidade Acadêmica  
de Humanidades,  
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 14, nº 1, jan/jul 2025.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

IAZZETTI, B. D. **Existe 'universidade' em pajubá?:** transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

IAZZETTI, B. D. Disputas e tensões no acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior público brasileiro. In: **VI CONGRESO**. 2020. p. 1047.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70-87, 2020.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

NUNES, V. de S. C. **Antropologia, diversidade sexual e educação:** uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PASSOS, M. C. A. dos. **Pedagogias das Travestilidades**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

RIOS, F. PEREZ, O. C. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. In: FACHINI, Regina (org.). **Direitos em disputa: LGBTI+ - Poder e diferença no Brasil Contemporâneo**. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2020.

SANTOS, J. R.; ANDRADE, L. L.; VENCATO, A. P. “Acolher as diversidades é ampliar o conhecimento” – Pré-vestibulares para pessoas trans\*, Universidade e Pluralidade Epistêmica. In: *Ciência e Arte do Encontro: O Rio de Braços Abertos*, p. 364-373, 2024.

SANTOS, J. **O fazer pedagógico e a docência nos pré-vestibulares sociais para pessoas trans**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

NOGUEIRA, S. N. B. Nome social: a ponta do iceberg. In CANTELLI, A. L.; NOGUEIRA, S. N. B. **Nome social: a ponta do iceberg**. Edição do Autor. 2020.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 791-806, 2015.

WHITAKER, D. C. A. Da invenção do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, p. 289-297, 2010.

YORK, S. W. “**TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des (a) fiando e ocupando os" sistemas" de Pós-Graduação.**” 2020. Dissertação de Mestrado.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, SC, v. 26, n. 1, jan/jun. 2008.



Unesco  
Unidade Acadêmica  
de Humanidades,  
Ciências e Educação



Criar Educação, Criciúma, v. 14, nº 1, jan/jul 2025.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

ZANZOTTI, M. I. **Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.